



Escola de Administração Fazendária

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Concurso Público - 2006

Gabarito

**1**

**Analista Jurídico**

**Prova 3**

**Instruções**

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de provas cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
  

*“Quanto maiores somos em humildade, tanto mais perto estamos da grandeza.”*
- 5 - DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas** incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13- Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.
- 14- Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Pesos
Legislação Tributária e Processo Administrativo Tributário	01 a 30	3
Direito Tributário e Processual Tributário	31 a 50	3
Direito Financeiro e Econômico	51 a 60	3

**Boa prova!**

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E PROCESSO  
ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

01- Assinale a afirmativa correta.

- a) Não ocorre o fato gerador do ICMS no fornecimento de peças, no conserto gratuito, decorrente de garantia, de máquinas e veículos.
- b) Não constitui hipótese de incidência do ICMS a prestação de serviços de comunicação gratuita.
- c) Em caso de prestação de serviços de transporte interestadual, considera-se ocorrido o fato gerador no momento do início da prestação do serviço.
- d) Em caso de revisão de veículos, se houver substituição de peça danificada por desgaste, ocorre o fato gerador do ICMS no momento do fornecimento da peça substituída.
- e) A entrada, no Estado do Ceará, de bem saído de outro Estado da Federação e adquirido por estabelecimento comercial situado no Estado do Ceará, destinado a integrar seu ativo permanente, constitui hipótese de incidência do ICMS.

02- Considerando as normas relativas ao ICMS, as afirmativas a seguir estão corretas, exceto:

- a) em caso de prestação de serviço com fornecimento de mercadoria, em se tratando de serviço previsto na lista anexa à Lei Complementar n. 116/2003 com ressalva expressa permitindo a cobrança do imposto estadual, o ICMS incide sobre o valor da mercadoria.
- b) incide o ICMS na incorporação ao ativo permanente de pessoa jurídica, de máquinas e equipamentos recebidos em pagamento de integralização do capital social subscrito.
- c) em caso de prestação de serviço com fornecimento de mercadoria, em se tratando de serviço não compreendido na competência tributária dos municípios, o ICMS incide sobre o valor da operação, incluídos a mercadoria e o serviço prestado .
- d) em caso de prestação de serviço com fornecimento de mercadoria, em se tratando de serviço previsto na lista anexa à Lei Complementar n. 116/2003 sem ressalva expressa permitindo a cobrança do imposto estadual, não incide o ICMS.
- e) nos casos em que a seguradora recuperar veículo roubado e cujo valor já tiver sido pago ao assegurado, não ocorrerá a incidência do ICMS na sua venda pela seguradora.

03- Caracterizam hipóteses de não-incidência do ICMS, exceto:

- a) operações que destinem ao exterior produtos primários.
- b) operações interestaduais com energia elétrica destinada à comercialização.
- c) operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia.
- d) operações de saída de impressos personalizados, produzidos por encomenda do consumidor final.
- e) operações de remessa de mercadoria destinada a armazém geral em outro Estado.

04- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) A saída de obra de arte é isenta do ICMS.
- ( ) É isenta do ICMS a saída de mercadoria para fins de exposição ao público em geral.
- ( ) A isenção concedida por lei estende-se às obrigações acessórias relacionadas com a obrigação principal exonerada.

- a) F, V, F
- b) F, F, F
- c) V, V, V
- d) V, F, V
- e) F, V, V

05- Considerando o diferimento admitido pela legislação quanto ao ICMS relativo às operações internas com fios, malhas e tecidos, realizadas por estabelecimento industrial, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) O diferimento não se aplica às operações destinadas ao comércio varejista.
- ( ) A fruição do tratamento independe de qualquer formalização, sendo necessário, todavia, que o contribuinte esteja em situação fiscal regular .
- ( ) Ficam mantidos os créditos relativos aos produtos cujas saídas se deram com diferimento.

- a) F, F, V
- b) F, V, F
- c) V, V, V
- d) F, V, V
- e) V, F, V

06- Considerando as normas relativas ao ICMS, as afirmativas a seguir estão corretas, exceto:

- a) a sociedade civil de fim não-econômico, que explore atividade de produção agropecuária, inclui-se entre os contribuintes do ICMS.
- b) no caso de prestação onerosa de serviços de comunicação feita mediante utilização de ficha ou cartão necessário à prestação, local da prestação, para fins de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é o do estabelecimento da concessionária ou permissionária que forneça a ficha ou cartão.
- c) na hipótese de captura de peixes, local da operação, para fins de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é o da capitania dos portos onde estiver matriculada a embarcação.
- d) é contribuinte do ICMS a pessoa jurídica que adquirir, de outro Estado da Federação, combustíveis líquidos derivados de petróleo para seu próprio consumo.
- e) inclui-se entre os contribuintes do ICMS o extrator de substância mineral.

07- Considerando as normas relativas ao ICMS, as afirmativas a seguir estão corretas, exceto:

- a) no caso de mercadoria importada do exterior, e que se destinar a Estado diverso daquele em que se está situado o estabelecimento importador, local da operação, para fins de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física ou o do domicílio do adquirente.
- b) incluem-se entre os contribuintes do ICMS as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) é contribuinte do ICMS a pessoa jurídica que promova licitação para alienação de bem apreendido.
- d) havendo participação societária de pessoas físicas que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), é responsável tributário perante o Cadastro Geral da Fazenda (CGF) o dirigente indicado para a gestão da empresa contribuinte do ICMS.
- e) considera-se extensão do estabelecimento o veículo usado no comércio ambulante.

08- O contribuinte **X**, no Estado de São Paulo, deu saída a mercadoria para contribuinte diverso (estabelecimento **E**), situado no Estado de Pernambuco, para ser entregue no armazém geral **AG**, situado no Estado do Ceará, onde ficou depositada. Essa mercadoria foi, inicialmente, vendida por **E** para o estabelecimento **A**, situado em Fortaleza, tendo, todavia, permanecido depositada em **AG**. Em seguida, **A** revendeu-a para **B**, também situado em Fortaleza. Antes que **B** retirasse a mercadoria de **AG**, **E** readquiriu-a para doá-la ao Estado do Ceará, para fins de assistência a vítimas de calamidade pública, assim declarada por decreto estadual. A saída da mercadoria de **AG** deu-se com a formalização da doação.

Para a situação descrita, é correto afirmar que:

- a) ocorrem cinco fatos geradores do ICMS de competência do Estado do Ceará.
- b) ocorrem três fatos geradores do ICMS de competência do Estado do Ceará.
- c) **AG** é responsável pelo pagamento do ICMS em relação à entrada da mercadoria vinda de **X** para **E**, e às transferências de **E** para **A**, de **A** para **B** e de **B** para **E**.
- d) ocorrem quatro fatos geradores do ICMS de competência do Estado do Ceará.
- e) **AG** é contribuinte do ICMS em relação à entrada da mercadoria no armazém geral e responsável pelo pagamento do ICMS devido nas transferências de **E** para **A**, de **A** para **B** e de **B** para **E**.

09- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) A base de cálculo do ICMS nas operações com fornecimento de água natural por sociedades de economia mista nas quais o Estado seja sócio majoritário será reduzida em 100%.
- ( ) O contribuinte que realizar a saída de máquinas e implementos agrícolas com redução da base de cálculo autorizada pela legislação em vigor é obrigado a anular o crédito relativo à respectiva aquisição.
- ( ) O contribuinte que, em operação interestadual, realizar a saída de milho destinado à indústria de ração animal, e utilizar a redução da base de cálculo autorizada pela legislação, fica obrigado a deduzir do preço da mercadoria o valor correspondente ao imposto dispensado.

- a) F, V, V
- b) F, F, F
- c) V, F, V
- d) V, V, F
- e) F, F, V

10- A indústria de tecidos **A**, situada em Fortaleza, deu saída a 12 peças de tecido vendidas ao estabelecimento industrial **B**, de outra pessoa jurídica, situado em outro município no Estado do Ceará, para serem utilizadas na industrialização de outros produtos. O transporte correu por conta e ordem do remetente.

Indique, nas opções abaixo, qual o valor calculado do imposto, considerando os seguintes dados relacionados com a operação:

- Preço total de venda – R\$ 6.000,00
- IPI – R\$ 300,00
- Frete, não cobrado em separado – R\$ 80,00
- Seguro – debitado ao comprador – R\$ 20,00

- a) R\$ 1.074,40
- b) R\$ 1.023,40
- c) R\$ 1.088,00
- d) R\$ 722,40
- e) R\$ 1.037,00

11- Considerando as normas que regem o processo administrativo-tributário do Estado do Ceará, assinale a afirmativa correta.

- a) A intimação feita pessoalmente, por servidor fazendário, considera-se feita na data da assinatura do intimado, seu mandatário, preposto ou advogado regularmente constituído.
- b) Se a autoridade julgadora alterar o enquadramento da multa, que implique sua majoração, o ato restará nulo.
- c) Quando a Câmara de Julgamento não acolher a declaração de nulidade proferida em primeira instância, deve julgar o mérito.
- d) Ocorrendo preterição do direito de defesa, a autoridade julgadora deve, de ofício, declarar a nulidade do ato.
- e) A revelia se caracteriza pela não apresentação da impugnação ou do recurso no prazo legal.

12- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) É admitida a utilização de crédito tributário decorrente de ICMS para pagamento de débito do mesmo sujeito passivo, desde que ainda não inscrito na dívida ativa.
  - ( ) No caso de expedição de documento fiscal avulso, o recolhimento do ICMS far-se-á no momento da referida expedição.
  - ( ) O pagamento espontâneo do ICMS, fora do prazo previsto na legislação, fica sujeito à multa de mora de 15%, calculado sobre o valor originário.
- a) F, V, F
  - b) F, F, F
  - c) V, V, F
  - d) F, F, V
  - e) V, V, V

13- Tendo em conta a sistemática de apuração do ICMS, e considerando os períodos de apuração a partir de 1º de janeiro de 2007 e, ainda, observado o limite estabelecido na legislação para operação ou prestação oriunda de outro Estado, as opções a seguir enunciam corretamente hipóteses que admitem o crédito fiscal para fins de compensação do ICMS, exceto:

- a) do valor do imposto relativo aos serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento.
- b) do valor do imposto relativo à energia elétrica entrada no estabelecimento.
- c) do valor do imposto que tenha onerado mercadoria devolvida por consumidor final no prazo de 30 dias, na forma prevista na legislação.
- d) do valor do imposto relativo a bens entrados no estabelecimento, desde que não destinados ao seu consumo próprio.
- e) do valor do imposto relativo ao material de embalagem a ser utilizado na saída de mercadoria sujeita ao imposto.

14- Assinale a afirmativa incorreta.

- a) É vedado o creditamento do ICMS relativo à entrada de mercadoria recebida para integrar o processo de industrialização, por estabelecimento que dê saída exclusivamente a produtos isentos.
- b) É vedado o creditamento do ICMS relativo à entrada de mercadoria em estabelecimento, do mesmo contribuinte, diverso daquele indicado como destinatário no documento fiscal que a acoberta.
- c) Se a entrada da mercadoria não estiver acobertada pela primeira via do documento fiscal, o crédito do ICMS nele destacado só é admitido mediante comprovação do registro da operação de saída no livro próprio do contribuinte que a promoveu.
- d) O crédito de ICMS relativo à mercadoria que seja objeto de operação subsequente com redução da base de cálculo deve ser estornado proporcionalmente à redução.
- e) O sujeito passivo é obrigado a efetuar o estorno do crédito relativo à mercadoria entrada no estabelecimento sempre que a mesma venha a ser objeto de saída sem incidência do ICMS.

15- Assinale a afirmativa correta.

- a) O atraso no pagamento de qualquer parcela por período igual ou superior a sessenta dias acarreta a perda do direito ao parcelamento.
- b) Os juros de mora são consolidados para apuração do valor das parcelas mensais, e sobre essas só incidem novos juros se o pagamento ocorrer com atraso.
- c) A formalização do pedido de parcelamento implica suspensão do prazo prescricional.
- d) É vedado o reparcelamento de crédito tributário parcelado e não pago no respectivo vencimento.
- e) De acordo com a legislação, somente o Governador do Estado pode deferir o parcelamento de débito fiscal em mais de sessenta prestações.

16- Contra o contribuinte foi lavrado auto de infração para exigência de crédito tributário, que foi impugnado tempestivamente. A decisão de primeira instância manteve a exigência. Foi interposto recurso voluntário. Ao decidir o recurso voluntário, a Primeira Câmara de Julgamento, por unanimidade, negou-lhe provimento. Em ocasião precedente, em matéria semelhante, a segunda Câmara deu decisão oposta à dada pela Primeira Câmara.

Considerando a situação descrita, assinale as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) A decisão da Primeira Câmara extingue o processo.
- ( ) Cabe recurso especial por parte do contribuinte.
- ( ) Cabe recurso extraordinário por parte do contribuinte.
- ( ) Se o Conselho Pleno reformar a decisão da Primeira Câmara, o Procurador do Estado pode interpor recurso extraordinário.

- a) F, V, V, F
- b) V, F, F, F
- c) V, V, V, V
- d) F, V, F, F
- e) F, V, F, V

17- Assinale a opção que não configura motivação para instauração de processo administrativo para suspensão de inscrição no Cadastro Geral da Fazenda (CGF).

- a) Utilizar documento fiscal impresso sem autorização do Fisco.
- b) Estocar mercadoria sem a documentação fiscal.
- c) Deixar de recolher o imposto que houver retido como responsável na hipótese de substituição tributária.
- d) Adulterar livro fiscal.
- e) De forma reiterada, conforme definido na legislação, deixar de fornecer documento fiscal relativo à saída de mercadoria.

18- Assinale a afirmativa incorreta.

- a) Todas as pessoas físicas e jurídicas definidas em lei como contribuintes do ICMS devem se inscrever no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) antes de iniciarem suas atividades.
- b) Será cassada a inscrição do contribuinte no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) se decorrerem sessenta dias da suspensão sem que ocorra a resolução das pendências.
- c) A suspensão da inscrição no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) será feita por agente do Fisco, mediante instauração de processo administrativo.
- d) A cassação da inscrição no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) será feita por ato do Secretário da Fazenda.
- e) A cassação de inscrição no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) implicará na inidoneidade dos documentos fiscais e imediata irregularidade fiscal dos estoques remanescentes.

19-O contribuinte **A** recebeu brindes para distribuição gratuita, que entraram em seu estabelecimento na data **d<sub>1</sub>**, acompanhados de nota fiscal **nf<sub>1</sub>**, com destaque do ICMS. Na data **d<sub>2</sub>** os brindes saíram de **A** para o estabelecimento **A<sub>1</sub>**, do mesmo titular.

- a) Na data **d<sub>1</sub>**, **A** deve escriturar a nota fiscal **nf<sub>1</sub>** no Livro Registro de Entrada de Mercadorias, não podendo aproveitar o crédito.
- b) Na data **d<sub>1</sub>**, **A** deve emitir nota fiscal de entrada pelo valor constante em **nf<sub>1</sub>**, sem destaque do ICMS.
- c) Na data **d<sub>1</sub>**, **A** deve emitir nota fiscal de saída pelo valor constante em **nf<sub>1</sub>**, com destaque do ICMS, escriturando-a no Livro de Saídas de Mercadorias.
- d) Na data **d<sub>2</sub>**, **A<sub>1</sub>** deve emitir nota fiscal de entrada com destaque do ICMS.
- e) Na data **d<sub>2</sub>**, **A** deve emitir nota fiscal de saída em nome **A<sub>1</sub>**, sem destaque do ICMS.

20-O estabelecimento **X**, responsável pela retenção e recolhimento do ICMS nas operações subseqüentes, efetuou venda de mercadoria para o estabelecimento **Y**, situado no mesmo Estado. A margem de agregação (lucro) para o referido produto é de 20%. Sabendo que o valor total da operação foi de R\$ 30.000,00, assinale a opção que indica o valor do ICMS a ser retido por **X**.

- a) R\$ 6.120,00
- b) R\$ 5.100,00
- c) R\$ 4.165,00
- d) R\$ 2.040,00
- e) R\$ 1.020,00

21-O contribuinte **A**, situado no Ceará, vendeu mercadoria para o contribuinte **B**, no mesmo Estado, a qual deveria ser entregue no depósito fechado **DF**, situado no Rio de Janeiro, e de propriedade de **B**.

Considerando as operações acima, e tendo em vista a legislação do ICMS, assinale a afirmativa correta.

- a) **A** deverá emitir nota fiscal constando como destinatário **DF**.
- b) **DF** emitirá nota fiscal de saída simbólica para **B**.
- c) A nota fiscal emitida por **A** ficará arquivada em **B**.
- d) A nota fiscal emitida por **A** deverá ser remetida por **DF** para **B**, depois de aposta a data da entrada efetiva da mercadoria.
- e) **DF** creditar-se-á do ICMS destacado.

22-Considerando as normas previstas na legislação de ICMS relativas a operações internas com mercadorias em demonstração, assinale as afirmativas abaixo com **F**, para falsa e **V**, para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Na saída da mercadoria em demonstração, o remetente deve emitir nota fiscal sem destaque do ICMS.
- ( ) Se o destinatário da mercadoria saída para demonstração foi pessoa física, na devolução, o remetente deve emitir nota fiscal avulsa sem destaque do ICMS.
- ( ) Se o destinatário da mercadoria saída para demonstração foi pessoa jurídica contribuinte do imposto, na devolução, deve emitir nota fiscal sem destaque do ICMS.

- a) F, V, V
- b) V, V, V
- c) F, V, F
- d) V, F, V
- e) F, F, F

23-A empresa **A**, enquadrada como microempresa, utilizando o regime favorecido, calculou o ICMS devido para os meses de janeiro e fevereiro nos valores de, respectivamente, R\$ 300,00 e R\$ 500,00. Nesses meses pagou, pela entrada de mercadorias, respectivamente, R\$ 280,00 e R\$ 300,00. Considere não ter ocorrido qualquer situação de crédito decorrente de pagamento de ICMS antecipado, do diferencial de alíquota, do presumido ou decorrente de restituição.

Na situação descrita, o valor do ICMS a recolher relativo aos meses 1 e 2, nessa ordem, é de:

- a) R\$ 300,00 e R\$ 500,00
- b) R\$ 60,00 e R\$ 100,00
- c) R\$ 60,00 e R\$ 200,00
- d) R\$ 20,00 e R\$ 200,00
- e) R\$ 60,00 e R\$ 160,00

24- Considerando as normas relativas à fiscalização, aplicáveis ao ICMS, marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Para exercício da ação fiscal, os estabelecimentos e depósitos do contribuinte são franqueados aos agentes do Fisco a qualquer hora do dia ou da noite.
- ( ) Para fins de apuração do movimento do estabelecimento, o agente do fisco pode se valer de papéis ou arquivos eletrônicos de outros estabelecimentos que transacionaram com o fiscalizado.
- ( ) A ação fiscal inicia-se com a exibição, pelo agente do fisco, de sua identidade funcional e do ato que o credencia à prática do ato administrativo.
- ( ) Na solicitação de livros e documentos, no curso da ação fiscal, deve constar o prazo para sua apresentação, que não pode ser inferior a 15 (quinze) dias.

- a) V, V, V, V
- b) F, V, F, F
- c) F, F, V, V
- d) V, F, F, F
- e) F, V, V, F

25- De acordo com a legislação do ICMS, os fatos a seguir caracterizam omissão de receitas, exceto:

- a) valor registrado em conta de patrimônio líquido sem autorização legal.
- b) diferença entre o preço médio ponderado das mercadorias adquiridas ou produzidas e seus respectivos valores unitários registrados no livro de Inventário.
- c) montante da receita líquida do período inferior ao custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados no período.
- d) saldo credor de caixa apresentado na escrituração.
- e) suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário.

26- Considerando as normas relativas à fiscalização, aplicáveis ao ICMS, marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) Não se sujeita à retenção a mercadoria acompanhada de documento fiscal cuja irregularidade seja passível de reparação.
- ( ) Estará sujeita à retenção a mercadoria destinada a contribuinte excluído do Cadastro Geral da Fazenda (CGF) em razão de baixa .
- ( ) Sempre que for encontrada mercadoria desacompanhada de documentação própria, o agente do Fisco deve, de imediato, lavrar o auto de infração com retenção de mercadoria.

- a) V, V, V
- b) V, F, F
- c) F, V, V
- d) F, F, V
- e) F, V, F

27- Considerando as normas relativas à fiscalização, aplicáveis ao ICMS, marque as afirmativas abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) No caso em que o depósito de mercadoria retida em órgão fazendário seja desaconselhável ou impraticável, a guarda e o depósito podem ser confiados a terceiro, desde que contribuinte ou responsável devidamente inscrito no CGF.
- ( ) Sendo a guarda e o depósito da mercadoria retida confiados a terceiro, será exigida garantia, exclusivamente sob a forma de depósito do valor correspondente ao imposto, multa e acréscimos legais.
- ( ) Em caso de perecimento ou avaria da mercadoria submetida à sua guarda e depósito, o depositário só responderá perante o Fisco pelos prejuízos que, por dolo, causar-lhe.

- a) V, V, V
- b) F, V, V
- c) F, F, V
- d) V, F, F
- e) F, V, F



28- Considerando as normas relativas à consulta, é correto afirmar que

- a) podem ser objeto de uma só decisão as consultas relativas a matérias idênticas, ainda que formuladas por diferentes sujeitos passivos.
- b) o contribuinte que, antes da manifestação da autoridade competente, aproveitar de crédito fiscal relacionado com a matéria objeto da consulta, tem o prazo de quinze dias, contado da ciência da resposta que o considerou indevido, para recolher o valor indevidamente aproveitado sem os acréscimos moratórios.
- c) a critério da administração, a comunicação da resposta à consulta pode ser feita pessoalmente, por via postal ou por edital.
- d) não produz efeito a consulta formulada sobre assunto que já tenha sido objeto de manifestação anterior, em processo de consulta formulada por qualquer outro contribuinte, devendo declaração de ineficácia ser encaminhada ao consultante com cópia da manifestação anterior.
- e) a resposta à consulta formulada será dada pela Coordenadoria da Administração Tributária, por meio do instrumento denominado "Informação Tributária".

29- Considerando que as normas relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), as afirmativas a seguir estão corretas, exceto:

- a) o imposto não incide sobre veículos das entidades sindicais, relacionados com suas atividades.
- b) em se tratando de veículo importado por consumidor final, ocorre o fato gerador na data do desembarço aduaneiro.
- c) são isentas do imposto as máquinas agrícolas e de terraplenagem.
- d) em caso de veículo novo, a base de cálculo do imposto será o valor venal do veículo, desde que não inferior ao preço de mercado ou ao divulgado em publicações especializadas.
- e) são isentos do imposto os veículos com mais de dez anos de fabricação.

30- João faleceu deixando bens e quatro filhos, Pedro, José, Antônio e Paulo. Pedro, sem aceitar a herança, renunciou em favor do monte, sem ressalva. José cedeu seus direitos hereditários para Antônio.

Considerando os dados acima, e tendo em vista as normas sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD), assinale as afirmativas abaixo com **F** ou **V**, conforme sejam falsas ou verdadeiras, e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- a) Apenas Antônio e Paulo são contribuintes.
- b) Ocorreram três fatos geradores do imposto, sendo contribuintes José, Antônio e Paulo.
- c) Pedro não se caracterizou como contribuinte.
- d) Ocorreram quatro fatos geradores do ITCD tendo como contribuintes Pedro, José, Antônio e Paulo.
- e) Pedro é responsável solidário se ocorrer a inadimplência de qualquer dos outros herdeiros.

---

#### DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

31- Sobre os empréstimos compulsórios, espécie de tributo da competência da União, é incorreto afirmar-se que

- a) podem ser instituídos para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- b) podem ser instituídos para o custeio de investimento público de caráter urgente.
- c) depende a sua instituição, em alguns casos, da edição de lei complementar.
- d) a aplicação dos recursos provenientes da sua arrecadação será integralmente vinculada à despesa que tenha fundamentado a sua instituição.
- e) poderão, ou não, sujeitar-se ao princípio constitucional da anterioridade (conforme a hipótese que tenha motivado a sua instituição).

32- Sobre o ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência impositiva dos estados e do Distrito Federal, é correto afirmar-se que não incide

- a) na entrada de bem ou mercadoria importados por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- b) sobre as operações de extração, circulação, distribuição e consumo de minerais.
- c) sobre mercadorias destinadas a integrar o ativo fixo de estabelecimento comercial ou industrial.
- d) sobre operações que destinem a outro estado petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
- e) sobre operações que envolvam o ouro, exceto como ativo financeiro.



33- Segundo definição contida no art. 3º do Código Tributário Nacional, tributo é uma prestação pecuniária que, entre outras características, é instituída em lei. A partir daí, e considerando os dispositivos constitucionais sobre as espécies normativas, podemos concluir que

- a) as medidas provisórias, por veicularem necessariamente matéria relevante e urgente, são incompatíveis com o princípio constitucional da anterioridade, razão pela qual não podem cuidar de matéria tributária.
- b) as medidas provisórias podem, em determinadas situações, versar sobre matéria tributária.
- c) medidas provisórias são aptas a instituir, mas não a aumentar tributos.
- d) a fim de que se compatibilizem com as limitações constitucionais ao poder de tributar, as medidas provisórias somente poderão cuidar de normas gerais em matéria tributária, mas não da instituição de tributos.
- e) as medidas provisórias, assim como as leis delegadas, não podem cuidar de matéria provisória, em nenhuma situação.

34- As leis complementares são diplomas legais que têm por objetivo complementar dispositivos constitucionais que tratam genericamente de determinadas matérias, em geral devido a sua complexidade. Sobre elas, em matéria tributária, podemos afirmar que serão utilizadas para

- I. estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- II. instituir determinados tributos, como os empréstimos compulsórios, a contribuição de intervenção no domínio econômico sobre os combustíveis e os impostos residuais.
- III. estabelecer regras para a resolução de conflitos de competência entre os entes federativos.
- IV. definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- V. regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Estão corretos apenas os itens

- a) I, III e V.
- b) I, III, IV e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, II, III e V.
- e) I, IV e V.

35- Assinale **V** para verdadeira ou **F** para falsa nas afirmativas abaixo; em seguida, indique a opção que se adequa à sua escolha.

- ( ) A moratória extingue o crédito tributário.
- ( ) O parcelamento suspende o crédito tributário.
- ( ) A isenção exclui o crédito tributário.
- ( ) O pagamento extingue o crédito tributário.
- ( ) A decadência exclui o crédito tributário.

- a) F – V – V – F – V
- b) V – V – F – F – V
- c) V – V – V – V – F
- d) F – F – V – V – V
- e) F – V – V – V – F

36- Sobre o pagamento, a principal e mais comum hipótese de extinção da obrigação tributária, o Código Tributário Nacional estabelece uma série de normas que o disciplinam. Assinale a seguir o item incorreto.

- a) O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas na legislação tributária.
- b) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições em que estabeleça.
- c) O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento, quando parcial, das prestações em que se decompõe e, quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
- d) O pagamento dos tributos é efetuado, como regra, em moeda corrente, cheque ou vale postal, mas há tributos em que a lei preveja o seu pagamento em estampilha, em papel selado ou por processo mecânico.
- e) Quando a lei não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do local em que tenha sido verificada a ocorrência do fato gerador daquele tributo.

37-O crédito tributário, face à sua importância como principal fonte de receita no orçamento público, é cercado de diversos privilégios e garantias. Sobre esses, é incorreto afirmar-se que:

- a) como regra, respondem pelo seu pagamento a totalidade dos bens e de rendas, de qualquer natureza ou origem, do sujeito passivo.
- b) na execução fiscal, existe hipótese em que o juiz pode decretar a indisponibilidade dos bens e direitos do sujeito passivo.
- c) a existência de um rol de disposições no Código Tributário Nacional pertinente às garantias e privilégios do crédito tributário não impede o surgimento posterior de outras, referentes a tributos específicos, em suas respectivas leis de regência.
- d) nos casos de falência, o crédito tributário e todos os seus acréscimos legais encontram-se igualmente posicionados na ordem de preferência.
- e) os créditos trabalhistas preferem ao crédito tributário.

38-Em determinados casos previstos em lei, como para participar de concorrência pública, ou para ter deferido seu programa de recuperação judicial, poderá ser exigido que o contribuinte faça prova da quitação de seus tributos por meio de certidão negativa de tributos. Entretanto, tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão positiva em que conste:

- I. a existência de crédito não vencido.
- II. a existência de crédito em curso de cobrança judicial, em que esteja garantido o juízo, por penhora ou depósito em garantia.
- III. a existência de crédito cuja exigibilidade esteja suspensa.
- IV. a existência de crédito prescrito.

Estão corretos:

- a) Apenas os itens I, II e III.
- b) Apenas os itens I e II.
- c) Apenas os itens I, III e IV.
- d) Apenas os itens II, III e IV.
- e) Todos os itens.

39-O princípio constitucional da legalidade preceitua que a instituição ou a majoração de tributos deverá ser estabelecida por lei. Com relação à majoração de alíquotas, porém, a própria Constituição Federal prevê que alguns tributos poderão tê-la por meio de decreto presidencial. Entre estes, não se inclui:

- a) Imposto de Importação.
- b) Imposto Territorial Rural.
- c) Imposto sobre Operações Financeiras.
- d) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Sobre Combustíveis.
- e) Imposto Sobre Produtos Industrializados.

40-A norma que impede que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios tributem, reciprocamente, seus patrimônios, rendas ou serviços, denomina-se

- a) imunidade.
- b) isenção.
- c) norma geral anti-elisiva.
- d) anistia.
- e) não-incidência.

41-Sobre o princípio constitucional da seletividade, é incorreto afirmar-se que:

- a) é aplicado obrigatoriamente ao ICMS.
- b) permite ao legislador a tributação diferenciada de produtos, aplicando alíquotas maiores aos produtos menos essenciais.
- c) é aplicado facultativamente ao IPTU.
- d) segundo tal princípio, os produtos mais essenciais devem ser tributados com alíquotas mais baixas.
- e) é aplicado obrigatoriamente ao Imposto Sobre Produtos Industrializados.

42-Sobre a repartição das receitas tributárias da União, podemos afirmar que:

- a) pelo menos cinquenta por cento da arrecadação do Imposto Territorial pertencem aos municípios em que os imóveis rurais estejam situados.
- b) parte da arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados pertence aos estados e ao Distrito Federal, que deverão destinar ao menos cinquenta por cento desse montante aos seus municípios.
- c) caso a União institua algum imposto, utilizando sua competência residual, terá de destinar cinquenta por cento de seu produto aos estados e ao Distrito Federal.
- d) cem por cento do Imposto Sobre Operações Financeiras incidente sobre o ouro como ativo financeiro pertencem à União.
- e) pertencem aos Estados o Imposto de Renda incidente na fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por eles (excetuando-se suas fundações públicas e autarquias).

43- Sobre a ação de repetição de indébito, cabível em casos em que o contribuinte efetue o pagamento indevido de tributos, pode-se dizer que ela não é cabível:

- a) no caso de pagamento espontâneo de tributo em valor superior ao devido.
- b) na exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.
- c) no caso de erro na identificação do sujeito passivo na elaboração de documento relativo ao pagamento.
- d) nos casos de reforma de sentença condenatória anteriormente desfavorável ao contribuinte.
- e) no caso de erro na determinação da alíquota aplicável, na elaboração de documento relativo ao pagamento.

44- O mandado de segurança, de acordo com o art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, é garantia constitucional que visa proteger direito líquido e certo contra atos ilegais ou abuso de poder por parte de autoridade pública. Em matéria tributária, podemos afirmar que, no mandado de segurança,

- a) caso seja concedida liminar, fica excluída a exigibilidade do crédito tributário.
- b) é possível a concessão de liminar que autorize o contribuinte a efetuar a compensação de tributos.
- c) diversamente de outras hipóteses, não há prova pré-constituída e existe a fase probatória.
- d) não poderá ser impetrado na modalidade "repressivo".
- e) o impetrante tem prazo certo para ajuizá-lo, se repressivo, contado a partir da ciência do ato coator.

45- Sobre a ação de execução fiscal, regulamentada pela Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, podemos afirmar que (assinale V ou F, conforme seja verdadeira ou falsa, respectivamente, cada item):

- ( ) destina-se à cobrança de créditos tributários ou não tributários que tenham sido inscritos em Dívida Ativa.
- ( ) no curso de uma ação desta natureza, em determinada hipótese, poderá ser decretada pelo Juiz a indisponibilidade dos bens e direitos do devedor.
- ( ) o devedor somente poderá opor embargos se o juízo estiver garantido.
- ( ) o título executivo que a fundamenta representa um débito que goza de presunção de liquidez e certeza.

Assinale a opção que representa as suas marcações.

- a) F – V – V – V
- b) F – F – V – V
- c) V – F – V – V
- d) V – V – V – V
- e) F – V – F – V

46- A ação de execução fiscal, regida pela Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980:

- a) não poderá ser proposta contra os sucessores do devedor.
- b) será extinta nos casos em que a certidão negativa contiver menção a dispositivo de lei julgado inconstitucional.
- c) é utilizada para a cobrança de dívida ativa tributária ou não-tributária.
- d) admite a exceção de pré-executividade, somente quando o juízo estiver seguro por depósito ou penhora.
- e) poderá ser embargada pelo devedor, mas não por terceiros que tenham interesse na lide.

47- Sobre a medida cautelar fiscal, instituída pela Lei n. 8.397, de 6 de janeiro de 1992, é correto afirmar-se que

- a) poderá ser requerida apenas contra o sujeito passivo de crédito de natureza tributária.
- b) caso seja deferida, produzirá a indisponibilidade da totalidade dos bens do requerido.
- c) somente poderá ser requerida após o ajuizamento da respectiva execução fiscal.
- d) deverá sempre ser requerida ao juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- e) uma vez decretada, não poderá ser substituída pela prestação de garantia à Fazenda Pública.

48- Nos casos de falência e recuperação judicial, podemos afirmar que

- I. o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou as importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- II. a lei não poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- III. a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Estão corretos apenas o(s) item(ns):

- a) I e II
- b) I
- c) I e III
- d) II e III
- e) nenhum item está correto.

49-A ação por meio da qual o sujeito passivo da obrigação tributária visa a estabelecer em seu favor uma decisão judicial aplicável a casos futuros, invalidando determinada lei que sustente a pretensão do fisco, denomina-se

- a) ação anulatória de débito fiscal.
- b) ação cautelar fiscal.
- c) ação de repetição de indébito.
- d) ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária.
- e) ação de consignação em pagamento.

50-O CADINE – Cadastro de Inadimplência da Fazenda Pública Estadual, instituído pela Lei n. 12.411, de 2 de janeiro de 1995, é um banco de dados que reúne pessoas físicas e jurídicas inadimplentes para com a Fazenda Estadual. Entre outras restrições, essas pessoas ficam impedidas de participar de licitações públicas realizadas no âmbito dos órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica, Fundacional e Indireta, exceto as sociedades de economia mista e empresas públicas. São consideradas inadimplentes, de acordo com a referida lei, as pessoas:

- I. com débito inscrito na Dívida Ativa do Estado;
- II. com débito de qualquer natureza para com órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Estadual, direta, autárquica, fundacional ou indireta, exceto as sociedades de economia mista e empresas públicas;
- III. que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública Estadual, em decorrência da aplicação de sanção prevista na legislação de licitações e contratos;
- IV. denunciadas por prática de crimes contra a ordem tributária, nos termos da Lei Federal n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990;
- V. que tenham decretadas contra si medida cautelar fiscal, na forma da Lei Federal n. 8.397, de 6 de janeiro de 1992.

Estão corretos apenas os itens:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III, IV e V.
- d) II, III e V.
- e) I, II e IV.

## DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO

51-Consoante a Constituição Federal, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão - o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Assinale a opção incorreta.

- a) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
- d) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- e) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

52- A Lei n. 4.320/64 proíbe emendas ao projeto de lei de orçamento que visem:

- a) alterar a dotação solicitada para despesa de capital, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.
- b) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.
- c) conceder dotação para o término de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- d) conceder dotação para encerramento de serviço.
- e) conceder dotação para auxílios e subvenções.

53- A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.101/2000) proíbe a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

Indique as duas únicas exceções a essa vedação.

- a) Operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes e a refinarciar dívidas contraídas junto à própria instituição concedente.
- b) Operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes e a refinarciar dívidas contraídas junto à própria instituição concedente.
- c) Operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes e a refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.
- d) Operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes e a refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.
- e) Operações entre instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes e a refinarciar dívidas contraídas junto à própria instituição concedente.

54- Preços públicos:

- a) confundem-se com taxas.
- b) confundem-se com impostos.
- c) confundem-se com contribuições de melhoria.
- d) não se confundem com contribuições sociais, porque estas, diferentemente deles, não são vinculadas.
- e) não se confundem com taxas, porque estas, diferentemente deles, são compulsórias.

55-Indique a definição que foi adotada pela Lei Complementar n. 101/2000.

- a) Dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, excluídas as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- b) Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, excetuadas as que envolvam o uso de derivativos financeiros.
- c) Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- d) Concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida apenas por entidade vinculada a ente da Federação.
- e) Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal, excluída atualização monetária.

56- Não se equipara a operações de crédito a(o)

- a) captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição.
- b) recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.
- c) assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.
- d) assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.
- e) recebimento antecipado de lucros e dividendos de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, na forma da legislação.

57- Assinale a opção incorreta.

Conforme a Constituição Federal, os recursos arrecadados pela contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível serão destinados:

- a) ao financiamento de fontes alternativas de energia.
- b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo.
- c) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do gás.
- d) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.
- e) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo.

58- Segundo a Constituição Federal, a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre

- a) os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.
- b) a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias.
- c) licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios gerais de contabilidade.
- d) a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, e do comitê de auditoria, com a participação de acionistas minoritários.
- e) sua função social e formas de fiscalização pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

59- Nos termos da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos. A lei disporá sobre

- a) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de garantir retorno adequado ao investimento.
- b) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado.
- c) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, a proibição de discriminá-los e a obrigação de manter serviço adequado.
- d) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos do poder concedente, política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado.
- e) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter geral de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado.

60- O acordo de leniência, previsto na Lei n. 8.884/94,

- a) pode ser celebrado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- b) depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- c) depende de aprovação da Secretaria de Direito Econômico (SDE).
- d) pode ser celebrado pela União, por intermédio da Secretaria de Direito Econômico (SDE).
- e) pode ser celebrado pela Polícia Federal.







Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)

[www.pciconcursos.com.br](http://www.pciconcursos.com.br)